

A Revolução Constitucionalista de 1932

Dr. Arthur Marques da Silva Filho (*)

Breve retrospectiva histórica

Esse tema pode ser desenvolvido por variadas visões. Poderíamos cuidá-lo sob o enfoque da Maçonaria em nosso país. Ou desenvolvê-lo sob o prisma social econômico, político, ou mesmo no plano interno, de modo mais amplo.

Contudo, não se poderia deixar de fazer uma breve retrospectiva histórica para a análise do que se passou no mundo ocidental e seus reflexos na nossa nação. E, por amor a brevidade, passo a tracejar uma singela visão da denominada crise econômica vivenciada pelos Estados Unidos da América.

Com efeito, no período intermediário entre as duas grandes guerras mundiais, isto é, entre 1918 e 1928, um dos temas mais salientes na economia é a Grande Depressão Americana. E, o seu símbolo máximo é a Quebra da Bolsa de Nova York, afetando todo o mundo, levando milhões de pessoas ao desemprego e ao desespero. Houve uma oscilação econômica tão forte que o capitalismo sofreu abalo nos seus alicerces do liberalismo clássico. Esta crise e suas principais causas estão ligadas à desregulamentação quase total da economia, sobretudo em relação aos gêneros alimentícios e produtos industriais.

Os Estados Unidos até então viviam um período de prosperidade. Entrariam para a história com o sugestivo nome de “American Way of Life” – modo de vida americano. É que, com a Primeira Guerra Mundial, a Europa estava arruinada e os americanos exportavam seus produtos, beneficiando-se da Revolução Industrial. E, permaneceram neutros no conflito até 1917, quando a guerra já chegava ao fim, aliando-se à Inglaterra. Mas, os americanos não sofreram diretamente as consequências bélicas, porque as batalhas foram travadas longe de seu território.

Assim, os Estados Unidos firmaram-se como potência mundial, expandindo seu comércio com a América Latina e Ásia.

Terminado o primeiro conflito mundial, os Estados Unidos passaram a viver uma nova realidade. As exportações diminuíram. E, se de 1924 até a crise de 1929, a economia norte-americana experimentou a euforia do “Big Business”, a partir daí foi perdendo espaço à medida que os países europeus se recuperavam. Os norte-americanos construíram grandes indústrias, arranha-céus, suas ruas encheram-se de automóveis; nas casas, as famílias de classe média usufruíram de aparelhos eletrônicos e o Governo estimulava o desenvolvimento econômico. Inibiam-se as importações e estimulava-se o consumo interno. Com isso, produzia-se mais do que se vendia, tanto na agricultura como na indústria. O desemprego nos campos originou o êxodo da população para os centros urbanos. A economia voltava-se para o centro especulativo.

Com o crescimento e mecanização das indústrias e o lucro exorbitante que geravam, as suas ações passaram a ser cotadas além do que valiam, fazendo aumentar a aplicação e o número de investidores. Surgiram as Sociedades Anônimas e as empresas responsáveis somente em gerir e investir dinheiro. Sem regulamentação, a especulação do mercado mascarou o valor real das ações.

Diminuindo as exportações agrícolas, os fazendeiros deixaram de saldar as suas dívidas e tiveram fortes prejuízos com os grãos estocados. A crise avançou nas cidades, atingindo as indústrias que, pela queda das exportações e consumo interno, demitiram empregados.

Em outubro de 1929, na Bolsa de Nova York, muitos empresários venderam as suas ações, elevando os seus valores para obterem maiores lucros, e milhares de investidores fizeram o mesmo. Com a elevação dos valores das ações e sem compradores, as ações despencaram e bancos e indústrias foram à falência.

No dia 24 de outubro de 1929, uma quinta-feira, no pregão da Bolsa de Nova York, conhecida como “Quinta-Feira Negra”, foram colocados à venda 6.091.870 de títulos, gerando um dos maiores negócios e esse excesso fez os preços caírem vertiginosamente. O desespero tomou conta e os investidores vendiam suas ações por qualquer preço. Às 11h30, o pânico foi geral: na Wall Street e na Broad Street, formou-se uma multidão de desesperados. Ao meio-dia, as portas da Bolsa foram fechadas. Os maiores banqueiros americanos fizeram uma reunião e decidiram injetar milhões de dólares na Bolsa e, no fim do dia, foram negociados 12.894.650 de títulos. Após a “quebra” da Bolsa, as ações valiam 80% a menos, entrou-se num período de recessão.

Reflexos no Brasil

A queda da Bolsa de Valores vai refletir no Brasil. Os Estados Unidos eram os maiores compradores do café brasileiro. Com a crise, a importação diminuiu sensivelmente e os preços caíram no mercado externo. O governo brasileiro, para evitar uma maior desvalorização, comprou e queimou toneladas de café. Com a queda do café, cafeicultores começaram a investir na indústria.

Antes, nosso país já sofria profundas transformações. No ano de 1922, houve a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento Tenentista, o centenário da Independência e outras mudanças nos padrões culturais, sociais, políticos e econômicos da Primeira República.

No plano político-institucional, é importante assinalar que a Maçonaria e o Positivismo, a partir da Convenção de Itu, realizada em 18 de abril de 1873, fundaram o Partido Republicano Paulista (PRP). Esse partido sofreu quatro dissidências por políticos descontentes com a cúpula. Na última, originária da Maçonaria Paulista, em fevereiro de 1926, tendo o grão-mestre do Oriente de São Paulo, José Adriano Marrey Júnior, formado o Partido Democrático.

O PRP elegeu todos os Presidentes do Estado de São Paulo e seis Presidentes da República. O maçom Rodrigues Alves, quando reeleito em 1918, não chegou a tomar posse por ter falecido e Júlio Prestes também não chegou a fazê-lo em decorrência da Revolução de 1930. O PRP foi extinto em 1930 após a instalação do Estado Novo.

No plano político, a partir de 1910, os partidos políticos de São Paulo e Minas Gerais se dividiram. O grupo paulista apoiou Rui Barbosa e Minas e Rio Grande do Sul, o marechal Hermes da Fonseca, o qual se sagrou vitorioso.

Em 1922, Minas e São Paulo se uniram em torno de Artur Bernardes, visto como inimigo dos militares. No lado oposto, Nilo Peçanha, apoiado por militares e Rio Grande do Sul, venceu Artur Bernardes que governou o país durante o estado de sítio entre 1922 e 1926.

Aumentou o peso da classe trabalhadora com a expansão industrial. Os trabalhadores organizaram sindicatos e outras entidades associativas. Não havia no Brasil nenhuma legislação trabalhista. Havia greves e reivindicações: jornadas de oito horas diárias, descanso semanal remunerado.

O país vivia intensa comoção, com diversas tendências de esquerda: anarquismo e o socialismo. Lutas de classes: estado burguês, sociedade capitalista. Em 1922, surgiu o Partido Comunista, cuja atuação voltava-se entre os trabalhadores. O alto custo de vida, a queda do poder aquisitivo e outros fatores, como a Revolução Russa de 1917, repercutiram em greves e manifestações populares.

Os militares participavam da política brasileira desde a proclamação da República. O Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto tiveram, juntamente com oficiais positivistas, papéis relevantes. Em 1920, surge o “tenentismo”, o movimento de jovens oficiais, que propunha a moralização da vida pública, a adesão do voto secreto e a implementação de medidas econômicas em defesa dos interesses nacionais. Partiram para as rebeliões armadas: Dezoito do Forte, em 1922 (Rio de Janeiro), em São Paulo, em 1924, e neste mesmo ano no Rio Grande do Sul (Capitão Luís Carlos Prestes e o tenente Siqueira Campos). “Cavaleiro da Esperança” – Prestes – liderou a coluna até 1927, percorrendo 24.000 km e ingressando na Bolívia, acabou se dispersando.

Na Revolução de 1930, o PRP, através de Washington Luís e que sucedera Artur Bernardes, lançou a candidatura de Júlio Prestes para a sua sucessão. E rompia com o PRP Mineiro, na linha da composição “Café com Leite”.

A ruptura provocou a união de Minas com o Rio Grande do Sul e Paraíba, formando a Aliança Liberal.

Era um quadro político efervescente, principalmente desencadeado pela queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Nessa ocasião, o Brasil, presidido por Washington Luiz, o qual teria sido pressionado pelos cafeicultores, negou-se a tomar providências para salvar a cotação do produto.

Getúlio Vargas aproveitou esta situação e através da Aliança Liberal prometeu:

1. Atender às reivindicações operárias;
2. Anistiar os tenentes condenados; e,
3. Moralizar a vida pública, adotando o voto secreto.

Embora Getúlio Vargas tenha atraído a simpatia dos trabalhadores, ter tido o apoio dos oficiais e do Partido Democrático de São Paulo, perdeu a eleição para Júlio Prestes, nas eleições de 1930. Mas, em julho deste mesmo ano, a morte de João Pessoa, ex-governador da Paraíba e vice da chapa de Getúlio, reacendeu os ânimos e Getúlio aproveitou-se deste assassinato, o qual não tinha caráter político (mas familiar), e aceitou liderar a Revolução. Luís Carlos Prestes ficou de fora porque aderiu ao comunismo.

Em outubro de 1930, a Revolução eclodiu no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, sob o comando do general Góis Monteiro. Daí irrompeu-se na Paraíba e Rio de Janeiro, quando foi deposto Washington Luiz e entregue o chamado governo Provisório a Getúlio Vargas (24 de outubro de 1930).

Júlio Prestes não tomou posse e, como Washington Luiz, foi exilado.

Rompeu-se o domínio da política “Café com Leite”. Assim, a partir de 1930, gaúchos e mineiros se revezariam na presidência da República.

A Revolução de 1932

O Golpe de 1930, implantada a ditadura em nosso país, somando-se a vários fatores sociais, políticos e econômicos, provocou em São Paulo uma onda de agitação e muito descontentamento. E crescia, com a promessa de novas eleições e de uma nova constituição, um movimento pela nomeação de um interventor em São Paulo, que fosse paulista.

O delegado militar, nomeado por Getúlio, era o tenente João Alberto Lins de Barros (de 25 de novembro de 1930 a 13 de julho de 1931). O Partido Democrático forneceu a maioria do secretariado.

Em fevereiro de 1932, a situação foi agravada pelo rompimento do Partido Democrático com Vargas. Formou-se em São Paulo a Frente Única Paulista, com a aproximação dos antigos adversários do PRP, tornando-se porta-voz das reivindicações pela constitucionalização do país e autonomia administrativa para o Estado de São Paulo. Além disso, a Frente Única passou a articular a preparação de um movimento armado contra o Governo Provisório.

Na tentativa de acalmar a situação, Vargas nomeou um paulista de idade avançada, Pedro de Toledo, que morava no Rio de Janeiro, para ser o interventor civil em São Paulo, que, em 02 de março de 1932, assume o governo de nosso Estado. Quase ao mesmo tempo, apresentava-se o Código Eleitoral (fevereiro de 1932) e novas eleições para maio de 1933.

Contudo, Vargas não conseguia controlar a situação, a qual se agrava quando consente que o município paulista de Vargem passasse para o Estado de Minas Gerais. Os paulistas sentiram-se humilhados e as agitações persistiam em diversas localidades.

Nesta ocasião, as faculdades de engenharia, direito e medicina tinham sociedades secretas e se reuniram.

É preciso salientar que Getúlio reconheceu oficialmente os sindicatos e legalizou o Partido Comunista, o que aumentou o índice de sua rejeição pelos paulistas, estado economicamente mais importante do país.

Em 23 de maio de 1932, durante um comício onde se reivindicava uma Constituição para o Brasil, no centro da cidade de São Paulo, na Praça da República, a Polícia da Ditadura coibiu os manifestantes, ocasionando a morte de quatro estudantes: Mario Martins de Almeida, Amadeu Martins, Euclides Miragaia e Dráusio Marcondes de Souza. Três deles pereceram durante o confronto e o quarto morreu algum tempo depois, em virtude dos ferimentos. Um quinto ferido, o estudante Orlando de Oliveira Alvarenga morreu dali a três meses e, por esse motivo, não teve seu nome inserido na sigla: MMDC – Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, dando início a essa famosa denominação da Revolução Constitucionalista de 1932. Porém, a sigla MMDC passou naquela época a representar uma organização clandestina.

Amplia-se a base popular de apoio. Os paulistas se reuniram no Restaurante Posillipo, na Praça da República, e estabeleceram a Guarda Paulista.

No dia 24 de maio de 1932, tem início a rebelião armada. Um grande número de civis ingressa espontaneamente no corpo de infantaria e é transferido para as três grandes frentes de batalha, no limite entre Minas Gerais, Paraná e Vale do Paraíba.

O objetivo da Revolução: acabar com o governo provisório de Getúlio Vargas e fazer uma nova constituição.

No dia 9 de julho, os paulistas se reuniram numa casa na Capital, localizada na Rua Sergipe, 37, sob o comando do general Isodoro Dias Lopes (o mesmo do levante de 24) e é dado início a Revolução.

Em São Paulo, Isodoro Dias Lopes contou com os militares Bertoldo Klinger, Euclides de Figueiredo e o comandante da Força Pública, general Júlio Marcondes Salgado, na época coronel.

No mesmo dia, 09 de julho de 1932, um sábado, a revolta constitucionalista estava nas ruas, sob o comando de Euclides de Figueiredo, com a tomada do quartel da 2ª Região Militar.

Na cidade de São Paulo, o povo se dirige aos quartéis pedindo armas. No dia 10 de julho, Pedro de Toledo era aclamado pelo Exército e Força Pública.

São Paulo ficou sozinho na luta pela Constituição, porque não veio o prometido auxílio dos Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Júlio Marcondes Salgado, comandante da Força Pública, defensor da causa paulista, havia falecido num acidente com granada.

No dia 28 de setembro, a luta chegou ao fim. Pedro de Toledo foi deposto no dia 28 de novembro.

Em novembro de 1933, a aspiração do povo paulista foi conquistada diante a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, tendo a Constituição sido promulgada em julho de 1934. Sua duração foi efêmera, porque no dia 10 de novembro de 1937 foi decretada por Getúlio Vargas uma nova Constituição, denominada “Polaquinha” que vigorou até 1946, quando democraticamente a Nação Brasileira passou a ter nova constituição que perdurou até o advento do golpe de 1964.

A Constituição de 1946 representou a maior parcela nos três caminhos: democracia, liberdade e igualdade. Hoje, temos a sexta Constituição Republicana – 1891, 1937, 1967, 1969 e 1988.

(*) Colaborador Emérito do Portal Paulistas de Itapetininga



SUSTENTAE O FOGO QUE A VICTÓRIA É NOSSA!